

QUANDO O ‘EU’ SE TRANSFORMA EM ‘NÓS’: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FARC

*Jose Maria de Jesus IZQUIERDO**

RESUMO: Partindo de um diálogo multidisciplinar e apoiando-se nos subsídios teórico/metodológicos oferecidos pela Sociologia, este artigo pretende analisar o processo de mudança de um grupo de autodefesa camponesa em um grupo guerrilheiro. Apoiado em fontes da historiografia colombiana, o autor descreve as demandas sociais que possibilitaram o desenho dos códigos disciplinares de ordem militar e do projeto político que definem os traços característicos desse grupo. Da mesma forma, o leitor poderá notar que o movimento guerrilheiro colombiano Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – FARC é o resultado de um processo de tessitura histórica onde, de maneira conflituosa, se entrecruzam dimensões políticas, econômicas, comunitárias e militares com sonhos, utopias e aspirações de indivíduos singulares.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Dominação. Resistência. Movimento revolucionário. FARC.

Quando pensamos na mecânica da vida coletiva, somos impelidos a discorrer em torno das forças motrizes que o homem carrega. Da mesma forma, torna-se necessário assumir o desafio de dirigir nosso olhar inquisidor sobre o homem, não em sua forma isolada, mas na complexidade dos vínculos sociais que ele tece de forma incessante. Esse esforço se justifica porque é no âmbito dos processos de interação social onde são engendradas as forças mentais coletivas, os elos de coerção entre os indivíduos, os quais constituem o núcleo vivo das instituições, das figurações sociais que se objetiva a vida em grupo. Nessa linha de pensamento, o ponto de partida da nossa reflexão constitui-se da seguinte pergunta: Como foi

* UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Humanidades. Campina Grande – PB – Brasil. 58109-970 - jiquierdovillota@gmail.com.

possível a emergência de uma figuração social com traços tão específicos como os das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC¹?

As FARC são reconhecidas como a mais antiga guerrilha do mundo, como um grupo com uma estrutura operacional de mando, um sólido projeto político/militar focado na conquista do poder do Estado, com um quadro significativo de militantes e o suficiente respaldo popular ao ponto de obrigar o governo colombiano a conceder as condições para executar um processo de negociação de paz em Cuba². Compreender as origens da guerrilha suscita, entre outros, os seguintes questionamentos: Os traços característicos desse grupo resultam de relações objetivas de produção, da forma como o Materialismo Histórico sugere, ou são produtos de processos sociais complexos cuja matriz ainda devemos precisar? Os modos de pensar, agir e sentir, que caracterizam os guerrilheiros das FARC, podem ser compreendidos fora das consciências e impulsos individuais ou é preciso considerá-los como manifestações coletivas distintivas que resultam da combinação dos modos de revelação da consciência e das ações individuais? Em certa medida, uma análise dessa ordem nos coloca no eixo de um dos temas caros à tradição sociológica, qual seja, a compreensão do papel dos indivíduos e das condições sociais que possibilitam suas ações ou, em outras palavras, a relação entre existências individuais e dinâmicas sociais.

As FARC mantêm-se em pé de guerra há mais de meio século. Nesse período, o grupo desenvolveu um saber social característico que pode ser descrito conforme o perfil que se espera ver no Comandante. Essa figura de autoridade é reconhecida como paradigma do ser guerrilheiro. Entre as características que o identificam, mencionamos as seguintes:

Ter capacidade militar e dom de mando. Ter dois anos nas fileiras desempenhando as tarefas indicadas e haver observado boa conduta. Haver mostrado interesse por elevar o nível ideológico dos combatentes. Ter cumprido e defendido as determinações dos organismos superiores das FARC e haver-se destacado na obediência das normas disciplinares. Ser militante ativo da organização política. Saber orientar-se em situações difíceis, ser sereno, corajoso, reflexivo, respeitoso e modesto. Ter caráter revolucionário, elevada moral e estar dotado de honestidade exemplar. Haver manifestado profundo respeito pelos interesses da população civil, ter-se comportado corretamente com ela e ter conquistado sua confiança. Saber ler e escrever³. (ESTATUTO FARC – EP, 2007, p.12).

¹ Movimento guerrilheiro nascido nas montanhas colombianas em 27 de maio de 1964.

² Esse processo de negociação empreendidos entre as FARC e o Estado colombiano começou no dia 26 de agosto do ano de 2012. Até o momento o tratado de paz não foi assinado pelas partes.

³ Texto extraído do Estatuto das FARC-EP (2007), Capítulo III, artigo 6º.

Assim, na visão da organização, tal como é descrito no texto anteriormente citado, em cada exigência encontra-se um traço do guerrilheiro ideal que ela pretende formar. Entendemos que esse saber social, incorporado por cada combatente e orientado a dar vida à guerra revolucionária, não é um surto do acaso, nem a invenção espontânea de um indivíduo isolado. Intuímos que ele surgiu como consequência de um processo civilizador que antecede a formação institucional das FARC.

A realização de uma incursão analítica que busca destrinchar os meandros desse processo demanda a utilização de um instrumental teórico específico. Nossa análise é orientada pelos conceitos da sociologia compreensiva, da forma sugerida por Simmel (1997, 1985), Weber (2009), Schutz (1974), Giddens (2001) e, especialmente, pelas ideias de Elias (1997a, 1997b, 1994) em sua Teoria do Processo Civilizador. Para esses autores, a compreensão antes de ser um método de pesquisa das Ciências Sociais, é o modo de pensamento segundo o qual os indivíduos tomam conhecimento da realidade e agem a partir da percepção da existência de um mundo comum, no qual há uma intelecção partilhada da existência de determinadas realidades factuais e dos modos de agir perante as mesmas.

A compreensão demanda a pressuposição de um mundo comum do qual faz parte o fenômeno a ser analisado e as vivências do observador. Em termos metodológicos, poder-se-ia dizer que pelo fato do analista ser também um ator social e por dispor de uma carga de vivências pessoais, ele pode compreender fatos históricos que lhe antecederam. Dessa sorte, em termos epistemológicos, a sociologia compreensiva nos oferece pistas analíticas para abordar fatos sociais, fatos que podem ser estudados ainda que eles façam parte de um período histórico distante do momento da ação do analista. Assim, sendo nosso objetivo compreender o processo de transformação de um grupo de autodefesa camponesa em um grupo guerrilheiro, torna-se necessário colocar as peculiaridades desse processo no interior do esquema dos motivos humanos, dos meios e dos fins postos por indivíduos concretos ou, em outras palavras, no interior das categorias de modos típicos de ação social (SCHUTZ, 1974).

Guiados pela Sociologia Compreensiva, entendemos que para nossa análise é mais do que oportuno fazer um esforço para observar além das manifestações evidentes e institucionais das FARC. É preciso seguir de perto, também, as ações que não são veiculadas pela imprensa, os fatos corriqueiros desse grupo que estão longe de serem considerados relevantes para o acontecer nacional. Assim, na presente abordagem, são levados em consideração os detalhes, os interstícios da vida consumida por camponeses no meio de um emaranhado de conflitos sociais, de contendas ocorridas nas zonas cafeeiras da Colômbia. Dessa forma, ganham destaque as pequenas tarefas, as pequenas obrigações ou as ações banais, dado

que elas podem oferecer informações importantes para nos aproximarmos da compreensão do processo de construção do *habitus*⁴ guerreiro de um grupo de camponeses que, na década de 1960, se tornara a base social das FARC. Tal tentativa se justifica porque, certamente, são os passos infinitamente pequenos que criam a unidade histórica, da mesma forma como são as ações recíprocas entre as pessoas, igualmente pouco perceptíveis, que dão coesão a uma determinada figuração social. Com efeito, a sucessão dos contatos físicos e emocionais, das excitações mútuas direcionadas para o prazer ou para a dor, das conversações e dos silêncios, dos interesses comuns e antagônicos, é o que determina um grupo humano a desenvolver elos de unidade histórica. Por outra parte, das miudezas da vida em comum é que dependem as flutuações da existência individual e coletiva, em cujo vai e vem a vida dos seres humanos pode ganhar intensidade ou perder significado. No final deste artigo, o leitor poderá perceber que as FARC são o resultado de um processo de tessitura histórica onde, de maneira conflituosa, se entrecruzam dimensões comunitárias, econômicas, políticas e militares com sonhos, utopias e aspirações de indivíduos singulares.

Para realizar essa incursão analítica, optamos por seguir a trilha oferecida pela história dos conflitos sociais que se alastraram pelas zonas rurais do país, onde comunidades camponesas lutavam contra aquilo que parecia ser sua sina: uma vida marcada pelo abandono do Estado e inserida numa agricultura de subsistência. Nossa análise abrange as décadas de 1930 a 1960, período que acreditamos emoldura a gênese das FARC.

Liberais, conservadores, ligas camponesas

Sem dúvida, a vida política nacional foi a arena que mais ofereceu condições para o surgimento dos germes das FARC. Os estudiosos do conflito armado colombiano são unânimes em afirmar que a intervenção violenta do Estado na esfera política contribuiu, sobremaneira, para a configuração dos mais diversos grupos guerrilheiros (GUSMAN; FALS; UMAÑA, 2005). Como se verá, vários fatos da história do país parecem confirmar essa hipótese, já que não é exagero dizer que o Estado colombiano, na tentativa de se preservar, tem-se valido da violência física contra tudo aquilo que se apresente como ameaça e, em consequência disso, tem gerado as mais diversas manifestações de contraviolência.

⁴ Segundo Bourdieu (2003) *habitus* é um sistema de disposições duráveis e intransponíveis que integra as experiências passadas de um indivíduo e o leva a perceber, a julgar e a agir em sintonia com a ordem social onde ele está inserido.

Remontando às origens da vida republicana, pode-se perceber que depois de conquistar a independência dos espanhóis, animado pelo anseio de viver o espírito da democracia e da liberdade, o Estado emergente, representado por uma reduzida elite política, convocou todos os setores da nação a se unirem em torno de um objetivo comum: elaborar, no Congresso de Cucuta, em 1821, a Carta Magna do país. O texto constitucional definiu as diretrizes para garantir as liberdades individuais, reconheceu as autoridades eleitas pelo sistema de voto e organizou as atribuições para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não obstante, nos meandros da Constituição, o Executivo conseguiu atribuir para si faculdades que lhe conferiam uma posição privilegiada diante dos outros poderes.

Inspirados no humanismo proclamado pela Revolução Francesa, os próceres da pátria ensinaram que a titularidade do poder pertencia ao povo. Entretanto, o conteúdo da Constituição foi engendrado, tão somente, pela minoria que participava da vida política do país. O engenho das elites assentadas no poder criou uma série de artifícios que excluía as grandes massas populares dos processos democráticos. De fato, a convivência cidadã, na emergência do Estado Nacional, foi fragilizada pelo uso crescente da força, da coerção e do poder de influência de pequenos grupos poderosos sobre a maior parte da população. Eram frequentes os arranjos políticos, econômicos e ideológicos entre essas elites para conseguir seus próprios fins, mesmo que suas ações colocassem em risco a estabilidade social⁵. Desde os primórdios da nação, os contornos ideológicos na Colômbia foram desenhados pelas elites que fundaram os dois partidos tradicionais e hegemônicos: o Liberal e o Conservador⁶.

O Partido Conservador se assentou no poder praticamente por todo o século XIX, até 1930, período da Hegemonia Conservadora, em que se instaurou no país um modelo de desenvolvimento bastante afetado pelas sucessivas crises fiscais. Esse fato impediu que o governo criasse as condições necessárias para mudar a problemática social concernente às relações conflitantes entre capital e trabalho. O capital estava monopolizado por poucas pessoas e as fontes de emprego eram escassas. Assim, nos centros urbanos, condições de vida e de trabalho dos operários eram precárias e, nas zonas rurais, eram frequentes os confrontos entre latifundiários e lavradores, arrendatários e colonos que disputavam a posse da terra.

Uma marca do extenso período do governo conservador foi o uso da violência contra o Partido Liberal. De certa forma, essa violência poderia justificar-se por causa das rivalidades pelo controle dos cargos burocráticos, do exíguo capital guardado pelos cofres públicos ou, simplesmente, do *status* que conferiam os altos cargos, sendo muito limitadas as possibilidades de medrar ou de figurar na atividade

⁵ Entre outras fontes, para compreender esse processo de exclusão social pode-se ler Bushnell (1970).

⁶ O Partido Conservador, que se formou a partir do pensamento de Simón Bolívar, e o Partido Liberal, que nasceu do pensamento do general Santander.

econômica privada em razão do estancamento secular. Por que não procurar na política uma alternativa de ascensão social? É lugar comum nos estudos sociais a compreensão de que a arraigada politicagem contribuiu, sem dúvida, para produzir violência. De certa maneira, as derrotas nem sempre eram aceitas pacificamente; nessas ocasiões, um pouco de violência preventiva se esgrimia como tática para impedir a votação inimiga. A violência que emanava da agitação política, quer por convicções ideológicas, quer pelo interesse daqueles que pretendiam o monopólio do poder político e econômico do país, constituiu o motor que dinamizou uma série de processos sociais que originaram certa ordem normativa interiorizada, um conjunto de princípios mais ou menos sistematizados que regulava os modos de conduta e que orientava os indivíduos a resolver grande parte dos negócios humanos através de práticas violentas.

Até a década de 1960, a população na Colômbia se concentrava de forma majoritária nas zonas rurais do país. A terra era administrada por latifundiários sem nenhuma fiscalização do Estado. Nessas zonas, a economia adquiria vitalidade tanto na agricultura, como na pecuária, e o contexto social era marcado por violentas disputas políticas. Nessas circunstâncias, é razoável concluir que as possibilidades das camadas pobres de realizarem suas aspirações pessoais eram bastante reduzidas. Quando indagamos pelo modo de vida dos pobres da região cafeeira até a década de 1950, diversas fontes da história colombiana revelam que as famílias se caracterizavam pelo número significativo de membros e por possuir uma economia de auto-sustento. A maior parte da população camponesa morava em pequenas casas construídas artesanalmente com madeira, desprovidas de unidade sanitária. As vilas careciam de estrutura de esgoto e água potável, assim como de centros de ensino para crianças e jovens. A maior parte da população padecia de parasitas intestinais e 95% sofria de anemia tropical pela subnutrição. Até a década de 1980, as principais causas de mortalidade nas regiões cafeeiras eram a malária e a febre amarela (SANCHEZ; PEÑARANDA, 1991).

Numa realidade de exclusão social como essa, a existência parece condenada a contradições e tensões, dado que o número de funções e de alternativas de ascensão social é bastante restrito. Por nascimento, todo ser humano está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida. Em outras palavras, pode-se afirmar que as possibilidades de se inserir em escalões mais visíveis da vida social dependem, em grande medida, das circunstâncias em que o indivíduo nasce e cresce. No contexto social dos trabalhadores rurais das zonas cafeeiras colombianas, as probabilidades de escolha de funções gratificantes eram bastante limitadas.

No pensamento comum, tem-se a impressão de que a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso na realização de projetos pessoais depende da capacidade de cada pessoa. É provável que tal impressão tenha sido herdada das sociedades

industriais, as quais acreditavam que toda e qualquer pessoa poderia encontrar uma tarefa significativa e gratificante na vida, desde que se esforçasse para consegui-la. Mas tal impressão é falaciosa. No caso dos camponeses pobres que trabalhavam como peões nos grandes latifúndios colombianos, eram inviáveis as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho bem remunerado ou a estabelecimentos educativos qualificados. Dessa sorte, o desejo de mudar de vida os defrontava com situações conflitantes.

O leste da Cordilheira dos Andes, onde o desenvolvimento econômico dependia do cultivo e comercialização de café, foi o epicentro dos mais significativos conflitos agrários. Entre 1920 e 1940, a distribuição da terra obedecia a antigos modelos de atribuição a particulares da propriedade por título público emitido pelo governo. O critério frequente a ser observado era o da afinidade política ou o do usucapião. Distinguiam-se às claras dois tipos de proprietários: os latifundiários possuidores das mais fecundas e extensas terras e as famílias de camponeses pobres que, com frequência, situavam-se em ladeiras pouco produtivas.

É possível que a militância de líderes camponeses em sindicatos e no nascente Partido Comunista fornecesse subsídios conceituais para que alguns camponeses pobres começassem a perceber e a discutir a grande brecha que os distanciava de uma vida digna e satisfatória. Esse fato, gradativamente, foi gerando uma série de tensões que os impulsionaram a lutar por mudanças estruturais na sociedade⁷. Em verdade, a vida em comum carrega a sombra constante da insatisfação e do conflito, pois só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos, dentro dela, gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito.

Em 1930, houve uma guinada na vida política nacional. Derrotados nas urnas, os conservadores, depois de anos assentados no poder, cedem espaço político e os liberais assumem as rédeas do governo nacional. A vitória de Olaya Herrera (1930-1934) colocou fim a vários anos de República Conservadora. O discurso do novo mandatário e de seus sucessores liberais, até 1946, tinha um tom reformista. Prometia-se a execução de todo um processo de renovação social; porém, durante os 16 anos de governo liberal, não se realizaram as ações necessárias para atender os mesmos assuntos que desgastaram o governo conservador.

Inserido na dinâmica do capital que demandava produção, exportação de produtos e contratação de mão de obra, o governo Liberal foi omissivo na execução

⁷ Registros desse processo podem ser encontrados na coleção: *La Violencia en Colombia*, volumes I e II de Gusman, Fals e Umaña (2005), publicada como uma obra pioneira dos estudos da violência em Colômbia no ano de 1962 e reeditada em 2005 pela Editora Taurus.

de leis que protegessem os interesses dos trabalhadores. Nas zonas cafeiras do país, sem a mediação do Estado, os camponeses assalariados começaram a se rebelar, pois se sentiam explorados pelos patrões/latifundiários. Eles percebiam que, enquanto o trabalho físico nas plantações de café era exigente, cansativo e mal remunerado, os fazendeiros, além de não contribuírem com mão-de-obra, angariavam lucros bastante superiores àqueles alcançados pela maioria dos trabalhadores. Além disso, até mesmo o modo de pagar os salários era fraudado. Era uma estratégia utilizada pelos latifundiários para incrementar o lucro, dado que o faziam *in natura*, em medidas de café pesadas em balanças reguladas por eles mesmos. A esse respeito, um camponês comenta: “[...] a fazenda não aceitava pesar o café se não fosse com suas próprias balanças, e todos nós sabíamos que eram adulteradas, carregadas para o lado deles [...]. Dessa forma, nos espancavam duas vezes.” (MOLANO, 1999, p.25). A dupla perda diz respeito ao que lhes subtraía a balança e ao prejuízo ocasionado pela inconveniência de receberem *in natura*. Os camponeses só podiam comprar com dinheiro poderia o que a terra não produzia. Eram longas as distâncias entre as terras trabalhadas e os centros urbanos. Aos trabalhadores não lhes restava alternativa: tinham que vender o café dentro da própria fazenda a um preço inferior do estipulado pelo mercado.

Em meio a essas circunstâncias adversas, começaram a surgir líderes camponeses com grande força de articulação social. Movidas por esses líderes, as comunidades camponesas, amiúde, faziam diversas manifestações de repúdio às imposições do sistema. Muitas dessas manifestações encontravam seu canal de expressão nas mais diversas práticas violentas. Um líder camponês, Isauro Yosa⁸, dizia:

O pessoal contente e satisfeito apoiava a gente. Eles [os trabalhadores rurais] começaram a perceber que tinham direitos e se desafiavam a tê-los respeitados. A prefeitura se manteve firme. No começo era só uma comissão, mas, aos poucos, se foram formando cinco, depois dez. Cada uma tinha sua própria balança. (MOLANO, 1999, p.25).

Das assembleias, manifestações concretas da capacidade de mobilização camponesa, surgiu outro tipo de estrutura organizacional mais coesa e menos espontânea: as Ligas Camponesas⁹.

⁸ O nome de Isauro Yosa (1910-1994) é ligado à lista dos fundadores das FARC, embora tenha passado seus últimos anos de vida pobre e abandonado nas periferias de Bogotá e desvinculado da guerrilha em razão de doenças dos rins.

⁹ Em dezembro de 1934, o jornal *Unirismo* informava que grupos de camponeses pobres e pequenos cultivadores organizaram-se para exigir o pagamento dos salários nas plantações de café e o direito ao uso de terras abandonadas pelos latifundiários.

O funcionamento das Ligas contava com o aval do governo central. As Ligas passaram a ser o instrumento de coesão utilizado pelos camponeses para unificar interesses pessoais e o canal através do qual manifestavam, de maneira coletiva e organizada, as vontades individuais. Eles estavam vivenciando um processo de reflexão que os levava a tomar consciência dos seus direitos, a refletir de maneira crítica sobre a situação de exploração que experimentavam nas relações de trabalho. No calor dos debates, foi levado à mesa de discussão o tema da justiça social, o que acabou por forjar nos camponeses outro olhar sobre as perspectivas de vida comunitária.

A razão de suas lutas começava a mudar de feição. O interesse de continuar em frente com as Ligas não era mais reclamar meramente o pagamento justo de salários e a transparência na forma como o mesmo era efetuado. Em outras palavras, a luta das Ligas deixou de ser movida pela necessidade de aplacar a fome, de obter os meios de subsistência, e se transformou numa luta para satisfazer outras aspirações humanas, como o acesso ao direito à propriedade da terra.

Os confrontos violentos com os latifundiários eram frequentes. Dessa sorte, ainda que a comunhão de interesses tenha sido a causa primeira para tecer vínculos de unidade coletiva entre os camponeses, o que mais gerou coesão entre os membros das Ligas foi o fato de perceberem que viviam sob ameaça dos latifundiários. Assim, a tensão de forças entre trabalhadores e latifundiários alcançou um equilíbrio. O raciocínio dos camponeses era de que os latifundiários tinham acesso à posse de armas e dinheiro para contratar capangas e, para que eles não os dominassem pela força física, precisavam manter-se unidos.

As Ligas congregavam em seu favor um número significativo de componentes, maior que o de latifundiários. Mas o poder dos latifundiários não tinha seu vigor apenas na posse dos meios de produção; eles possuíam, também, o monopólio da violência que, com certa frequência, era subsidiado pelo Estado através da prestação de serviços de segurança por membros da força pública. Fatos como esse mostram que a sobrevivência do monopólio econômico, em certa medida, é garantida pela existência do monopólio da força física.

Entretanto, os camponeses, experimentando alguma segurança inspirada pelo apoio coletivo das Ligas, em aberta oposição aos latifundiários, continuaram em frente, abrindo novas trilhas para suas lutas. Alguns líderes camponeses resgataram da poeira a Lei 200 de 1936, promulgada pelo governo liberal e lembrada como a Lei da Terra. Além de criar instituições bancárias para crédito agrário, essa lei disciplinou especialmente a redistribuição de terras. O princípio legal animou os camponeses a invadir terras improdutivas e fortalecer entre si os vínculos coletivos. O fato de trabalharem juntos em torno de uma causa comum, de pertencerem a

uma organização comunitária que abrigava interesses recíprocos, despertou nos camponeses o desejo de opor resistência ao sistema que os encarcerava e que lhes negava oportunidades de um futuro pleno de significado. A existência das Ligas constituiu clara ameaça aos latifundiários.

A necessidade de trabalho e a falta de espaço físico para construir moradia e garantir a subsistência, motivaram as Ligas a realizarem campanhas de invasão de terras, razão pela qual o conflito, que antes era latente, passou a tomar feições de confronto armado. A seguir, Isauro Yosa descreve as primeiras ações realizadas pelas Ligas:

As Ligas deram uma orientação: roçar para semear, sem respeitar os terrenos baldios que os fazendeiros reclamavam para si. Fizemos comissões de cinquenta ou de cem homens para ir roçar o mato, fazer limpeza e semear. No começo, a polícia conseguia nos tirar do local, mas, aos poucos, perdeu-se o respeito pela autoridade. ‘Não mandar coisas impossíveis - dizia minha mãe - para não se ver desobedecido’. (MOLANO, 1999, p.26).

A invasão de terrenos abandonados tornou-se afronta para os latifundiários. Apoiados pela polícia começaram a agredir os camponeses. Diante das hostilidades, em lugar de minguarem sua força, os camponeses ganharam um ar renovador e adquiriram consciência de sua capacidade de resistência à opressão dos patrões.

As expressões violentas do conflito começaram a ser mais envolventes e direcionadas a alvos concretos. Os líderes camponeses passaram a estar na mira dos latifundiários que, com a colaboração do governo local, tentavam reprimir o movimento camponês. Na interação dos dois grupos em confronto, há um curso lento, progressivo e facilmente identificável da metamorfose da violência. De um estado de tensão latente passa-se a outro de hostilidade para, posteriormente, alcançar o estágio de confronto armado.

O uso da força física para os camponeses era um meio de autodefesa, enquanto para os latifundiários era a forma de reprimir a ação das Ligas e manter seu poderio. A intervenção das forças do Estado em favor dos latifundiários contribuiu significativamente para o recrudescimento da violência. Provavelmente, a equação dos camponeses era: se o Estado usa a violência contra nós, então nós também devemos usá-la contra ele. Evidenciou-se, assim, ainda mais, o processo de tensão de forças contrapostas, mostrando que em processos desse tipo é possível que exista uma regularidade, quase universal, na qual o grupo agredido emprega esforços para oferecer uma resposta ainda mais violenta à agressão recebida. A reciprocidade no empenho em opor violência superior àquela que lhe é dirigida traça o roteiro de um processo de agressões mútuas cada vez mais crescentes.

Quando o eu se transforma em nós

Em 1946, o Partido Liberal é derrotado nas urnas. O Partido Conservador retomou o poder. No seio do liberalismo, a liderança política de Jorge Eliecer Gaitan se consolidava. Homem perspicaz, de grande agilidade mental para intuir as necessidades do povo e hábil guerreiro na arena do discurso social, formou uma frente de opinião em oposição aos interesses das oligarquias. Agregou simpatizantes no parlamento e articulou um grupo político em aberta oposição aos interesses dos partidos hegemônicos. Com suas habilidades políticas, provocou uma grave divisão interna no partido e congregou massas populares advindas dos partidos Liberal e Conservador. Gaitan conseguiu construir uma imagem política que atingia todos os setores sociais, dando a impressão de que, a partir dela, o povo conseguiria enxergar a si mesmo. Pela sua origem humilde, tornou-se o paradigma do homem colombiano que derrota a pobreza pelo esforço pessoal; com seu histórico acadêmico, inspirou respeito nas elites intelectuais do país; com seu discurso inflamado e bem articulado, conseguiu reunir forças políticas diversas: camponeses, operários, empresários, intelectuais. Segmentos fortes de mobilização popular agitavam o país em seu favor. Gaitan era apontado como o futuro presidente da nação, era visto como a pessoa capaz de mudar o destino cego e caótico de um país que, secularmente, se mostrava entretido com as lutas partidárias em detrimento de outras questões essenciais de governo. No entanto, todas essas aspirações afundaram-se no caos. Gaitan caiu assassinado numa rua de Bogotá, em 9 de abril de 1948. Sua morte foi sentida em todo o país e deu causa a um período de graves perturbações sociais e mais de trezentas mil mortes em diversos embates por todo o território nacional.

Na região onde operavam as Ligas, as agressões entre latifundiários e camponeses adquiriram novo vigor, cada um fazia uso da violência com todo o amálgama de possibilidades que tinha a seu alcance. Os latifundiários tinham recursos econômicos para comprar armas e contratar pessoal capacitado para atividades combativas; os camponeses das Ligas se organizavam comunitariamente. Os contínuos ataques levaram os camponeses a organizar comissões, ou seja, grupos de autodefesa locais que tinham como missão vigiar e garantir a segurança tanto das famílias engajadas nas Ligas como, também, da segurança dos demais moradores da região.

Diante de ameaças reais, a intuição alertava os camponeses. Eles sabiam que por maiores que fossem suas capacidades para o combate, por mais rigorosas que se mostrassem a vontade e a disciplina dos combatentes, por mais perspicazes que fossem sua inteligência e ousadia, eles sozinhos não poderiam preservar por muito tempo a vida das famílias congregadas no território ocupado. Para garantir maior segurança, era necessário aumentar a força de ataque e isso só seria possível pelo

envolvimento de um número significativo de indivíduos com capacidade combativa, capaz de manter o equilíbrio de forças nessa rede de conflitos humanos.

Realizaram-se alianças com outros grupos camponeses que atravessavam por situações de ameaça semelhantes. Dessas alianças surgiram assentamentos comunitários com organização autônoma, indiferentes ao ordenamento jurídico prescrito pelo Estado. Nos assentamentos, os camponeses viam concretizar-se o desejo de possuir uma terra que lhes possibilitasse uma vida mais digna e feliz. Os assentamentos tornaram-se a terra dos camponeses e, aos olhos deles, uma zona liberada, um lugar aberto para construir sonhos e acalentar esperanças, uma terra comum para trabalhar, produzir e vencer as angústias ocasionadas pela pobreza e pelo desamparo de um Estado ausente. Ali, os camponeses viam-se livres da influência do poder financeiro dos latifundiários e das ameaças constantes das disputas partidárias. Esses núcleos agrários tornaram-se o modelo daquilo que posteriormente seria denominado pela oligarquia colombiana como as Repúblicas Independentes.

Fragilizados pelas constantes revoltas populares, em 13 de junho de 1953, com o beneplácito das oligarquias nacionais, os militares assumiram as rédeas do governo na pessoa de Gustavo Rojas Pinilla. Em seu primeiro discurso, Rojas ofereceu anistia aos grupos armados e prometeu incorporar nas fileiras do Exército os combatentes dos grupos de autodefesa camponesa. Com a abertura do governo para dialogar com os camponeses, alguns assentamentos comunistas se dispersaram. Mesmo desconfiando das promessas do ditador, alguns camponeses sublevados decidiram se reintegrar à vida civil. Outros grupos continuaram unidos pelo vínculo do Partido Comunista.

Uma porta que se abre

O governo militar (1953-1957) revelou-se como um conservadorismo renovado. A economia alcançou certa estabilidade, a violência apresentou significativo declínio e o Partido Comunista Colombiano foi declarado ilegal. Em 1957, o governo de Rojas foi substituído por uma aliança que outrora parecia impossível: os Partidos Liberal e Conservador se aproximaram e se coligaram para juntos reaverem o poder perdido. Essa estranha aliança foi denominada como a Frente Nacional¹⁰, uma forma legal de monopolização do poder por dois únicos

¹⁰ A Frente Nacional foi consequência da Frente Cívica, desse compromisso assinado pelos líderes dos partidos Liberal e Conservador cuja finalidade era revezar entre si, de forma alternada, a presidência da república.

partidos. Conforme a alternância ajustada, o primeiro período de governo, coube ao Partido Liberal, representado por Alberto Lleras Camargo.

Para os grupos de camponeses, a transição do governo militar para o da Frente Nacional não abria nenhuma perspectiva de transformação social que pudesse beneficiá-los. Eles não percebiam indícios de qualquer modificação efetiva das condições de vida em que se encontravam. No governo liberal de Lleras Camargo (1958-1962), acirrou-se a perseguição ao comunismo e se engendrou uma série de estratégias para alcançar esse objetivo. Entre essas estratégias, ganham destaque as denominadas brigadas de paz, que eram campanhas intensas de assistência social¹¹ nas regiões habitadas por militantes comunistas. O governo justificou as brigadas de paz como uma tentativa de fazer chegar às comunidades periféricas à assistência do Estado, propiciando espaços de inserção social e de desenvolvimento humano. No entanto, para os camponeses perseguidos como comunistas, elas não eram mais do que manobras do governo para se infiltrar nas comunidades, liquidar sistematicamente seus líderes e favorecer os interesses econômicos dos latifundiários.

A exclusão das massas aumentava. A burguesia, por conservar distância dos problemas que atingiam as zonas rurais do país, não conseguia perceber as dimensões do conflito agrário nem entender os protestos dos camponeses pelo abandono em que viviam. As causas dos conflitos nas zonas rurais continuavam sendo as mesmas de décadas passadas. O clientelismo continuava suscitando embates entre os grupos políticos que disputavam o poder local e a distribuição dos cargos públicos. A deficiência das redes de comunicação terrestre continuava condenando vastas regiões do país ao atraso e à estagnação econômica pela falta de meios adequados para agilizar o comércio. A reforma agrária não conseguia operar nenhum efeito concreto na vida dos pequenos cultivadores e dos colonos que perambulavam pela cordilheira oriental em busca de trabalho. Também, nas cidades, o clima de insatisfação agitava os ânimos: sindicatos, agremiações e movimentos estudantis começaram a se mobilizar e a pressionar o Estado que, lento e centralizado, parecia desconhecer as necessidades reais da nação.

A aliança entre liberais e conservadores, representada pela Frente Nacional, rapidamente se desmoronou. O governo liberal (1958-1962) começou a ser criticado pela estagnação da economia, pela falta de agilidade no desenvolvimento de projetos sociais e pela ausência de resultados na tentativa de pacificar a nação. Já no parlamento, a crítica que adquiria maior força era a falta de atitude capaz de deter

¹¹ Mesmo contando com a participação de voluntários da sociedade civil, a coordenação das brigadas de paz, era responsabilidade do Exército Nacional e executava atividades assistencialistas: corte de cabelo, extração de dentes, revisão médica, distribuição de alimentos e de medicamentos e cadastro da população civil.

as ações do Partido Comunista. As pressões políticas se intensificavam e o Diretório do Partido Conservador conseguiu que o governo rompesse as relações diplomáticas com Cuba. Nos bastidores da política do Estado, a existência dos assentamentos comunistas, chamados pelas elites de Repúblicas Independentes, era considerada uma ameaça à soberania nacional e, pela mesma causa, passava a ser posta sobre a mesa de discussão.

No começo da década de 1960, assentamentos comunistas como *El Davis*, *El Pato*, *Guayabero*, *Cimacota*, *Rio Chiquito* e *Marquetalia* chamavam a atenção nacional. Em 25 de outubro de 1961, em acalorado debate no Senado da República, alguns parlamentares, além de colocarem em pauta a questão do domínio territorial, necessário à preservação da soberania nacional, exigiram do governo uma presença mais efetiva nesses lugares onde a tradicional ausência do Estado criou as condições necessárias para uma organização autônoma de certas comunidades. Diante dessas exigências, o governo de Lleras Camargo não teve mais alternativa senão continuar apostando nas campanhas de paz. Em 1962, os liberais deixaram o poder com a imagem política desgastada e com profundas divisões internas no partido.

Conforme pactuado na criação da Frente Nacional, a vez de governar o país cabia ao Partido Conservador, e esta incumbência foi cumprida por Guillermo León Valencia (1962-1966). Seu primeiro passo já era esperado em razão dos posicionamentos de seu Partido: eliminar as Repúblicas Independentes. Para os camponeses, um governo Conservador significava o prenúncio de uma ofensiva militar patenteada por princípios constitucionais. E essa intuição tinha sentido. Para um Estado que experimentava um progressivo enfraquecimento, a realização de um ataque espetacular significaria uma grande demonstração de força e uma tentativa válida para recuperar a confiança dos seus opositores e congregar forças políticas dissidentes.

De fato, pouco tempo depois de assumir o poder, o governo tomou a decisão de recuperar os territórios dominados pelos comunistas. O primeiro assentamento escolhido foi *Marquetalia*, formado sob a liderança de Manuel Marulanda Vélez¹². Esse assentamento situava-se numa pequena aldeia na parte oriental da Cordilheira dos Andes, cujo terreno se caracterizava pela fertilidade do solo e pela topografia espessa que dificultava o acesso. Pressionados por essa ameaça latente, os camponeses procuraram, pela mediação de alguns políticos e intelectuais, falar com o governo central¹³. Mas toda tentativa para evitar a invasão armada a *Marquetalia* lhes foi negada.

¹² Seu nome verdadeiro é Pedro Antonio Marin (1930-2008), camponês colombiano considerado como o principal estrategista militar, ideólogo e fundador das FARC.

¹³ Quando foi confirmado o operativo militar contra *Marquetalia*, além da mobilização dos camponeses, houve uma série de manifestações de apoio às lutas dos camponeses por diversos setores da sociedade

A Operação *Marquetalia* começou em 27 de maio de 1964. O operativo contava com a participação de um batalhão de 16.000 soldados, 10 aviões e de toda a tecnologia bélica de que dispunham os militares. A justificativa para uma ofensiva militar desse porte era a suspeita de que nesse lugar existisse um exército comunista forte, que contava com armamento pesado, de grande potência e com o apoio logístico e militar da Rússia. Os camponeses de *Marquetalia* previam para 18 de maio a invasão militar. Assim, desde o início do mês, desocuparam suas casas, espalharam as famílias em diversos lugares e fizeram os preparativos para o confronto armado. Para eles, a invasão não era uma experiência nova, pois a violência partidária há tempos os tinha adestrado para a defesa e o ataque em desigualdade de condições. Esses tempos de violência os obrigaram a amargar as penúrias e os desapegos que o êxodo implicava. Mas havia uma diferença com os confrontos antigos. Nas lutas pela terra, os camponeses estavam com suas famílias e não se viam obrigados a abandonar seu território. No confronto de *Marquetalia*, o desafio era distinto e o núcleo familiar não mais podia estar envolvido nos confrontos que se avistavam.

Os camponeses organizaram um pequeno exército com aqueles que estavam em condições de combate, com os filhos e esposos dispostos a lutar e a tentar conservar o domínio da terra que tinham conquistado com trabalho. Na versão dos guerrilheiros, eles não dispunham de arsenal militar. Com ferramentas usadas para a lavoura do campo fabricaram as armas para lutar. Os camponeses que lideravam esse acampamento¹⁴ planejaram sua defesa usando como método a guerra irregular: atacar por surpresa, agredindo e despojando o inimigo de tudo o que poderia possuir (armas, fardamento, alimentos e, principalmente, equipamento de dotação militar) para logo se dispersar, embrenhando-se nos campos, em seguida na população civil e, por fim, deslocando-se a um algum lugar previamente escolhido, onde o guerrilheiro se uniria aos demais para avaliar as ações realizadas e planejar novos ataques.

Os combates começaram em 27 de maio de 1964, data celebrada como a do nascimento das FARC-EP. As previsões militares eram de concluí-lo em 15 dias, mas pela destreza dos camponeses prolongou-se por mais de quatro meses. A finalização desses embates foi celebrada com espírito de vitória pelas duas partes em confronto. Para o Exército, a posse simbólica da região de *Marquetalia* significou recuperar para o Estado a soberania sobre esse território. Para os camponeses, além de ter sobrevivido a um combate desigual, essa batalha significou uma vitória pelo fato

civil nas cidades.

¹⁴ O grupo contava com líderes calejados no combate armado e na organização de massas. Jacobo Arenas, Hernando Gonzáles, Ciro Trujillo, Isaura Yosa e Marulanda Velez se destacaram como os grandes articuladores sociais dos combatentes camponeses.

de ter-se constituído a melhor maneira de manifestar ao Estado sua força e seu poder combativo. Enquanto os camponeses perderam dois combatentes, o número de baixas no Exército ainda hoje se mantém no silêncio. Uma parte significativa da dotação militar da força pública foi tirada pelos camponeses para fortalecer seu nascente exército revolucionário. A guerra irregular, como estratégia de combate, a adoção de um sistema disciplinar rígido, o delineamento de um ideário político e a ausência do Estado de grande parte das zonas rurais da Colômbia, possibilitaram a consolidação das FARC e o começo de uma guerra que leva mais de meio século e que carece de um fim previsível.

No desenvolvimento da nossa análise colocamos em evidência que as FARC, em certa medida, resultaram de um longo e tenso processo de interação social. Percebemos que nesse processo o poder individual é limitado, quando relacionado com as tentativas de alterar o curso dos eventos históricos. Notamos que sobre as manobras individuais, quase sempre, termina-se impondo a força da dinâmica da vida coletiva. Dessa sorte, concluímos que é a sociedade a que fornece os modos de percepção das demandas individuais, assim como os recursos e os valores que impelem os atores sociais a agir em uma direção que não é determinada pela criatividade individual, mas pelas conexões que dão coesão ao tecido social.

WHEN 'I' BECOMES 'US': AN ANALYSIS OF THE FORMATION PROCESS OF FARC

ABSTRACT: *With multidisciplinary dialogue as a starting point and relying on the theoretical and methodological support offered by Sociology, this article intends to analyze the process that lead to the transformation of a peasant self-defense group into a guerrilla group. Supported by Colombian historiographical sources, the author describes the social demands that enabled the formulation of a military disciplinary code and a political project that define the characteristic features of this group. Similarly, the reader will note that the emergence of the Colombian guerrilla movement FARC is the result of historic processes where political, economic, communal and military dimensions intersect in a hostile manner with the dreams, utopias and aspirations of singular individuals.*

KEYWORDS: *Power. Domination. Resistance. Revolutionary Movement. FARC.*

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BUSHNELL, D. **The Santander regime in gran Colombia**. Connecticut: Greengood Press, 1970.

ELIAS, N. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997a.

_____. **O processo civilizador I e II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997b.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

ESTATUTO FARC – EP. **Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del pueblo**, 2007. Disponível em: <<http://farc-ep.co/pdf/Estatutos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea no materialismo histórico. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

GUSMAN, G. C.; FALS, O.; UMAÑA, E. **La violencia en Colombia**. Tomos I e II. Bogotá: Tauros, 2005.

MOLANO, A. **Trochas y fusiles**. Santa Fe de Bogotá: El Ancora Editores, 1999.

SÁNCHEZ, G.; PEÑARANDA, R. **Pasado y presente de la violencia en Colombia**. Bogotá: Cerec, 1991.

SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974

SIMMEL, G. **Sociologia I**. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.

_____. **Les problèmes de la philosophie de l'Histoire**. Paris: PUF, 1985.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 2009.

Recebido em 28/01/2015.

Aprovado em 06/05/2016.

